



REVISTA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

ISSN: 1676-8558 (Impresso)

ISSN: 2178-2466 (Eletrônico)

DOI: 10.31512/16768-558/2178-2466

Revista

DIREITO E JUSTIÇA

Reflexões Sociojurídicas

© 2021, by Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
- Campus de Santo Ângelo
Curso de Graduação em Direito

R454 Revista direito e justiça: reflexões sociojurídicas / Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Santo Ângelo; organização: Rosângela Angelin – v.1, n.1 (abril 2002)- . – Santo Ângelo: FuRI, 2020.

v.21, n.39, jan./abr. 2021.
Semestral: 2002-2017. Quadrimestral: 2018-
ISSN 2178-2466

1. Direito-Periódicos I. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Santo Ângelo. III. Angelin, Rosângela (org.)

CDU: 340.114

EdiURI – Editora da URI – Campus de Santo Ângelo – RS
Rua Universidade das Missões, 464 – CEP 98.802-470
Santo Ângelo – RS – Brasil – Fone: (55)3313-7900

APRESENTAÇÃO

PRESENTATION

Com grande alegria e entusiasmo que apresentamos a primeira edição de 2021 da Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas, do Curso de Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/ campus de Santo Ângelo/RS. O ano de 2021 começou com uma grande notícia, a descoberta e a produção da vacina contra o COVI-19, tendo o Brasil contribuído com a pesquisa por meio do Instituto Butantan e a Fiocruz. A vacina CoronaVac, desenvolvida pela farmacêutica Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, e da vacina Covishield, produzida pela farmacêutica Serum Institute of India, em parceria com a AstraZeneca/Universidade de Oxford/Fiocruz, trazendo para os brasileiros a esperança de dias melhores. Demonstrando assim, a importância da pesquisa na academia para a sociedade, na busca da efetivação da democracia e cidadania.

Ainda estamos vivendo um momento atípico por causa da pandemia, mas mesmo assim, conseguimos contar com a colaboração de professores/pesquisadores mestrandos e doutores nacionais e estrangeiro para a publicação dessa edição

Apresentamos o primeiro artigo *Katéchon versus Constitucionalismo Pantokrator: Teologia Política contra o dever-ser* – **Dirceu Pereira Siqueira e Fernando Rodrigues de Almeida** – que aborda império da teologia política que não reside em uma forma jurídica, mas essencialmente tem sua estrutura de governo baseada em uma potência histórica da noção de detenção, a partir do conceito pauliano de Katéchon. A transferência do sentido teológico-bíblico ao eológico político tem como fórmula o impedimento da apostasia pela conservação da ordem. Por outro lado, para impedimento das guerras religiosas, o direito, na sua forma universalista e internacionalista desteologiza a política e racionaliza o jurídico por meio de um juízo hipotético formal e purista, tornando-se, primordialmente, no pós segunda guerra, o pilar mundial de definição de soberania, a partir do Direito.

A próxima temática trata *Juizados Especiais Estaduais sob a ótica do Procedimento burocrático: política de gestão Judiciária e o acesso à justiça* – **Carlos César Souza Cintra e Stefani Clara Silva Bezerra** - a transição do Estado Liberal para o Social - trata do modelo racional-burocrático para o gerencial. O Judiciário naquele primeiro modelo se mostrava ineficiente, com custo elevado e demora na resolução das demandas. Deu-se origem ao fenômeno da litigiosidade contida que estimulou a criação dos Juizados Especiais. Os Juizados Especiais Estaduais, criados pela Lei n. 9.099/95, objetivavam reduzir as demandas da Justiça Comum e alargar o acesso ao Judiciário àqueles outrora privados, porém ocorreu o fenômeno da explosão de litigiosidade.

Mudanças climáticas e projetos de prestação de serviços ambientais em terras indígenas no Amazonas – de **Serguei Aily Franco de Camargo, Plínio Henrique Oliveira Gomide e Thaísa Rodrigues Lustosa de Camargo** – pesquisa sobre Lei 3.155/2007 que instituiu a Política Estadual



sobre Mudanças Climáticas. O texto previa formas de promoção do desenvolvimento sustentável, de manutenção das condições climáticas e incentivos à participação da população e do Estado na tutela ambiental. Entretanto, 10 anos após sua edição, a lei parece ter caído em desuso. Parte da ineficácia se deve ao desmantelamento da estrutura de Estado que atuava na implementação de seus instrumentos e parte, em virtude da falta de regulamentação complementar. Anos depois, o Amazonas editou a Lei nº 4.266/2015, que instituiu o sistema de gestão de serviços ambientais no Estado, criou o Fundo Estadual de Mudanças Climáticas e alterou as leis nº 3.135/2007 e 3.184/2007.

A Jurisprudência do Tribunal Regional Federal Da 3ª região (trf-3) e a indenização por danos ambientais marinhos causados por óleo proveniente da navegação na zona costeira do Estado de São Paulo – de **Pilar Carolina Villar, Rosana dos Santos Oliveira e Kleber Godoy de Oliveira** - aborda o Judiciário como o responsável pelo cálculo do valor das indenizações ambientais civis por danos causados pelo lançamento de óleo decorrente da atividade da navegação. Dito isso, pretende-se analisar a forma como o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) calcula as indenizações de casos ocorridos na região costeira do Estado de São Paulo, no período de 2015 a 2018.

Por sua vez, *O dever fundamental de proteção à criança e ao idoso como fundamento do benefício de auxílio Doença parental* - **Priscilla Severo e Clovis Gorczewski** – tem como objetivo ressaltar a importância da criação do Auxílio-Doença Parental,

face a inexistência de proteção a este risco social que afeta a dignidade da pessoa humana, além de atingir a proteção integral à criança e o amparo aos idosos, ambos assegurados constitucionalmente. A problemática do trabalho consiste em demonstrar de que forma a legislação de proteção às crianças e idosos contribui na fundamentação da criação do Auxílio-Doença Parental. Inicialmente, foi abordado o dever ético de cuidado presente nas relações familiares geração após geração.

O próximo artigo trata das *Manifestações do Sagrado no Estado Laico brasileiro pela perspectiva de Ronald Dworkin* - **Edson Vieira da Silva Filho e Rodrigo Pedroso Barbosa** - Este artigo busca, através de uma leitura da perspectiva de Ronald Dworkin, compreender o sentido do sagrado e das manifestações iconográficas dentro do Estado brasileiro, autodenominado laico através da Constituição de 1988. Inicialmente, o próprio sentido do sagrado é analisado, concluindo-se que este pode existir tanto no universo religioso como no secular. A origem do sagrado secular é compreendida através do processo de atribuição e associação, que decorre da própria ideia de Estado.

Os meios consensuais, entre a crítica do Processo e a convicção das potencialidades da Justiça – de **Sergio de Souza Salles e Geovana Faza da Silveira Fernandes** – investiga analisar criticamente o processo judicial e a adoção de meios consensuais no contexto do tribunal multiportas, a partir dos influxos dos paradigmas democrático e holístico, como métodos adequados a diversas situações, a depender da voluntariedade dos envolvidos e de sua disposição para o engajamento

dialógico e colaborativo na construção da solução. A análise é feita a partir de teorias sobre o processo, sobre a colaboração como fundamento antropológico e sociológico dos meios consensuais, passando-se para algumas justificativas para a adoção de métodos autocompositivos no paradigma democrático.

O oitavo artigo trata do *Estatuto Internacional de Reprodução Assistida: uma intervenção necessária?* - **Taís Vasconcelos Cidrão, Antônio Walber Muniz e Pollyana Souza Vieira** – o qual busca analisar a necessidade de elaboração, pelos Estados, de Tratado Internacional sobre Reprodução Assistida. O interesse na pesquisa parte de um estudo em que se constatou que a diversidade cultural, social e religiosa exerce influência significativa na legislação de cada país. Soma-se a esse fato a facilidade de acesso a outros Estados para utilização de técnicas proibida no país de origem. Muito embora se tenha conhecimento desses fatores, não há uma normatização global sobre o tema, o que contribui para a existência de um vácuo legislativo na disciplina internacional.

Na sequência, *Participação política por meio do movimento feminista como forma de controle social e efetivação da justiça social de gênero* - **Fernanda Caroline Alves de Mattos e Renato Bernardi** – busca responder e analisar como a participação popular no movimento feminista é um formato de controle social das atuações estatais e ferramenta de implementação de direitos das mulheres e desenvolvimento de uma justiça social. Compreendendo os movimentos abraçados por mulheres como ferramenta de transformação social e resolução eficaz de desigualdades estruturadas.

O décimo artigo tem como título *Análise das Escolas clássica e positivista a partir de Alessandro Baratta* - **Débora Laís dos Santos Costa e Edson Vieira Silva Filho** - O trabalho utiliza como base o livro *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*, de Alessandro Baratta, para realizar a pesquisa quanto às Escolas Clássica e Positivista, analisando suas divergências e convergências. Ambas têm como finalidade a sanção daqueles indivíduos que não se enquadram no pacto social de harmonia da comunidade.

O Direito e os povos indígenas do Brasil: uma nova perspectiva de direitos humanos- de **Cecília de Castro Algayer e Afonso Maria das Chagasa** – trata da relação do Estado brasileiro com os povos indígenas tem sido historicamente marcada por um desmazelo cuidadosamente acobertado pela lei, capaz de permitir a tomada de suas terras, a violência sistêmica, a exploração e o desmonte dos instrumentos e das instituições em tese criados mesmo para a defesa dessas comunidades.

E o último artigo trabalha *La prueba en el proceso de la Ley 18.507: un enfoque forense* - **Mariella Bernasconi** - O presente trabalho aborda testes no processo da Lei 18.507 de 26 de junho de 2009 sobre pequenas causas derivadas das relações de consumo, a consequência do que estabelece o art. 3º da citada lei onde estabelece que o patrocínio de um advogado não é obrigatório. O consumidor pode promover o processo sem assistência judiciária. Isso leva várias consequências, uma delas é a desigualdade do consumidor frente ao processo, erros formais

que o mesmo não considera. Assim, será feita uma análise a partir da perspectiva forense, da aplicação na prática do Direito da Lei 18,507 e dificuldades em oferecer os meios evidências neste processo de pequenas causas de relacionamento de consumo.

Os artigos trazidos nesta edição da revista, tratam de temas atuais e relevantes que nos levam a convidar a comunidade acadêmica para desfrutar de uma excelente leitura.

Profª Dra. Charlise Paula Colet Gimenez

Profª Dra. Janete Rosa Martins

Editoras